



A ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NAS REFORMAS DOS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

THE BANK'S ACTIVITY IN THE REFORMS OF SOCIAL SECURITY SYSTEMS IN LATIN AMERICA

Recebido em	26/06/2025
Aprovado em:	28/10/2025

Catrine Cadja Indio do Brasil Mata¹

Lessi Inês Farias Pinheiro²

Marcelo Inácio Ferreira Ferraz³

RESUMO

O estudo aborda o impacto da transição do modelo de acumulação de capital industrial para a acumulação financeira globalizada nos anos 1980, que enfraqueceu o papel do Estado na promoção de direitos sociais. A crise do Estado de Bem-Estar Social levou a cortes em políticas públicas e rebaixamento de direitos trabalhistas, evidenciando a ofensiva neoliberal sobre o trabalho. O Banco Mundial emergiu como um mediador da financeirização, condicionando empréstimos à implementação de reformas estruturais nos países latino-americanos, particularmente nos sistemas de previdência pública. A pesquisa, utilizando análise documental comparativa, examina documentos do Banco Mundial (1994) e da OIT (2018), identificando como o Banco influenciou a privatização da previdência nos anos 1990. Constatou-se que, após três décadas, a maioria dos países reverteu a privatização, devido aos impactos negativos, retornando ao sistema público. A

¹ Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Adv

² Graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Economia Europeia e Políticas Comunitárias pela Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

³ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João Del-Rei. Mestre e Doutor em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras. Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP).



conclusão é que as políticas neoliberais promovidas pelo Banco Mundial falharam em alcançar os objetivos esperados, resultando em consequências adversas para as populações dos países envolvidos.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Previdência Privada; Políticas Sociais financeirizadas; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The study addresses the impact of the transition from the industrial capital accumulation model to global financial accumulation in the 1980s, which weakened the role of the state in promoting social rights. The crisis of the Welfare State led to cuts in public policies and the downgrading of labor rights, highlighting the neoliberal offensive on labor. The World Bank emerged as a mediator of financialization, conditioning loans on the implementation of structural reforms in Latin American countries, particularly in public pension systems. The research, using comparative document analysis, examines World Bank (1994) and ILO (2018) documents, identifying how the Bank influenced pension privatization in the 1990s. It was found that, after three decades, most countries reversed privatization due to negative impacts, returning to the public system. The conclusion is that the neoliberal policies promoted by the World Bank failed to achieve the expected objectives, resulting in adverse consequences for the populations of the involved countries.

Keywords: Neoliberalism; Private Pension; Financialized Social Policies; Public Policies.

INTRODUÇÃO

O Estado de Bem-Estar solapado pela crise mundial do capital nos anos 1970-1980, foi significativamente impactado com a fase de transição do processo de acumulação de capital industrial para o modo de acumulação decorrente de mercados globais, o que Chesnais (1998) denominou de mundialização da economia e mundialização do capital. Este processo resultou no enfraquecimento da atuação estatal quanto à promoção de direitos sociais com cortes de gastos governamentais em programas de políticas públicas universalistas e igualitaristas.

Observa-se nesta mudança de padrão de acumulação um desinteresse em investimentos na produção. Em consequência, há reflexos direto no desemprego estrutural, com a precarização do trabalho e ataques aos seguros sociais (Costa, 2001), já



que o capital está cada vez mais descentralizado, dando preferência a “explorar o trabalho humano mediante a compra de serviços, em vez de contratar força de trabalho” (Singer, 1997, p.18). Como resultado, há rebaixamento de salários, direitos e garantias são entendidos como privilégios, subvertendo a lógica do sistema de proteção social (Costa, 2001).

Analizando a atuação estatal quanto às políticas públicas pensadas sob a égide do novo modelo de acumulação, observa-se que as políticas sociais, passam a figurar como inimigas deste modo de acumulação de capital consolidado no neoliberalismo. Esta fase (1980-1990) evidencia a resposta do capital, sobretudo, na forma de reestruturação produtiva das finanças mundializadas, do ajuste neoliberal do Estado e na ofensividade ao trabalho, suas formas de organização e de luta (Júnior; Salvador, 2015).

Deste modo questiona-se se com esse modelo, resguarda-se lugar para direitos essenciais aos trabalhadores como previdência e assistência dentro do Estado neoliberal, tendo em vista que a força de trabalho já não é condição essencial para a manutenção do capitalismo, razão pela qual, o Estado demonstra seu desinteresse em sustentar políticas públicas de reprodução da força do trabalho (Costa, 2001).

A forte expansão financeira a partir da década de 1980 foi marcada pela mundialização da economia, liberalização financeira e desregulamentação das finanças. Neste cenário surgiu o Banco Mundial enquanto instituição internacional que atuou na concessão de empréstimos para países emergentes que, em troca, seguiram suas orientações para tomada de empréstimos, e em contrapartida, ações estatais baseadas na cartilha neoliberal ditadas pelo Banco. Diante dessa constatação, a hipótese levantada é que o Banco serviu como verdadeiro mediador para que as políticas financeirizadas fossem disseminadas na atuação estatal dos países que eram seus clientes, sobretudo os países latino-americanos que se encontravam em crise, tornando-se grandes tomadores de empréstimos da banca privada internacional.

O objetivo geral deste artigo é detalhar a influência do Banco Mundial nas decisões de estruturação macroeconômica dos países da América Latina, enfatizando as recomendações do Banco para reforma dos seus sistemas de previdência pública,



demonstrando as consequências devastadoras sobre esse direito social. Os objetivos específicos buscam demonstrar as recomendações do Banco para ajustes fiscais e estruturais dos países clientes; enfatizar as respostas dos países latino-americanos na promoção de uma série de reformas operacionalizadas a partir da década de 1980 para atender as orientações da instituição em busca de crescimento econômico, sem considerar as condições sociais específicas de cada país e as consequências futuras para o seu povo.

Para alcance dos objetivos propostos, a metodologia de análise documental comparativa (Bowen, 2009) permitiu o debruçamento sobre dois importantes documentos de instituições internacionais sobre o tema: o documento formulado pelo Banco mundial (1994) *Envejecimiento sin Crisis: Políticas para la protección de los ancianos y la promoción del crecimiento*, e o informe elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (2018) *La reversión de la privatización de las pensiones: Reconstruyendo los sistemas públicos de pensiones en los países de Europa Oriental y América Latina (2000-2018)*, buscando estabelecer uma correlação entre as propostas do Banco Mundial na década de 1980 para os países clientes, e o resultado da implementação das diretrizes dadas pelo Banco após 30 anos de experiência.

A análise comparou os conteúdos dos documentos selecionados, buscando identificar semelhanças, diferenças, padrões e tendências que pudessem esclarecer ou responder às questões de pesquisa. Essa abordagem é especialmente útil para estudos históricos, sociais, e políticas públicas, onde a interpretação de documentos oficiais, relatórios, legislações e outros registros escritos é fundamental para compreender o contexto, as decisões e os resultados de políticas ou eventos específicos. No caso deste estudo, a análise documental comparativa permite uma investigação profunda sobre as políticas recomendadas pelo Banco Mundial e os resultados obtidos, com base nos documentos do próprio Banco e de outras organizações, como a Organização Internacional do Trabalho.

A partir da apresentação dos principais pontos dos dois documentos, identificou-se como resultado, que o primeiro serviu para propor e influenciar reformas dos sistemas



de previdência na América Latina, apontando a privatização como o caminho ideal no enfrentamento ao crescente envelhecimento da população e manter o equilíbrio do sistema. Já o segundo, trata-se de um estudo recente, que apresentou as experiências de três décadas de privatização do sistema de previdência dos trinta países aderentes, e os impactos negativos decorrentes deste sistema, concluindo pelo seu fracasso, tendo em vista que 60% deles decidiram pelo retorno ao sistema público de financiamento da previdência. Logo, de acordo com o informe da OIT, as propostas feitas pelo Banco na década de 1990 não atingiram suas expectativas e fracassaram.

1 O BANCO MUNDIAL COMO MEDIADOR DA FINANCIERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

A principal sustentação do Estado de Bem-Estar social até a década de 1970 foi o investimento em políticas sociais, no entanto, ao observar os países da América Latina a questão se torna bastante polêmica (Laurell, 1998), tendo em vista que na região a proteção social, os serviços e os benefícios, quando implementados como característicos do Estado de Bem-Estar careciam de universalidade e equidade.

Segundo Hobsbawm (1995), a “Era de Ouro”⁴ não atingiu países pobres do terceiro mundo, sendo privilégio apenas dos países desenvolvidos, o que não impediu que alguns reflexos dessa política tenham se estendido aos países mais pobres, dando como exemplo a promulgação da Constituição Federal em 1988 no Brasil, em que se resguardou diversos direitos sociais inspirados no Estado de Bem-Estar. A maioria dos países latino-americanos construíram suas instituições de bem-estar, especialmente a segurança social, a partir de uma espécie de pacto social entre o Estado, empresas e sindicatos, havendo restrições e limitações na disposição de direitos e garantias.

Diante dessa seletividade, a política social neoliberal foi implementada nos países da América Latina em uma primeira etapa preparatória de ajuste fiscal com o desgaste

⁴ “A Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo – os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos.” (Hobsbawm, 1995, p. 204).



das instituições públicas, enquanto que a segunda etapa se deu através de um ajuste estrutural, lastreado em programas de pobreza seletivos, que converteu em mercadoria: serviços e os benefícios sociais, pois os programas de ajustes propostos pelas agências financeiras e governos “constituem um pacote de políticas orientadas para o estabelecimento de um novo padrão de acumulação” (Laurell, 1998, p. 188).

Para tornar possível ajustes estruturais e fiscais, as propostas de reformas dos sistemas de proteção social foram apresentadas com frequência nos anos 1980 e 1990 nos moldes da política neoliberal, figurando uma redistribuição regressiva de recursos financeiros e como consequência da combinação do ajuste fiscal, dos cortes de salários e do desemprego, houve uma condução à deterioração das instituições sociais públicas, com ataques ideológicos para o descrédito dessas instituições com vistas a legitimar uma “política social baseada na concepção neoliberal de satisfazer necessidades sociais” (George; Wilding, 1994 *apud* Laurell, 1998, p.193).

Em busca do dinamismo na retomada do lucro pós crise do capitalismo na década de 1970, houve uma transformação nas relações entre capital e trabalho, alcançando as políticas sociais fundadas nessas relações, visto que a atuação econômica do Estado passou a auxiliar o capital através da inflexão dos gastos estatais na área social, concedendo incentivos e subsídios financeiros a empresas privadas e privatizações de empresas estatais.

Para mediar essa transformação sobretudo nos países periféricos, como os latino-americanos, surge o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) como representantes dos interesses das oligarquias financeiras dos países centrais (Santos, 2019), principalmente a partir do Consenso de Washington⁵ em 1989.

⁵ O Consenso de Washington foi um encontro convocado pelo *Institute for International Economics* na capital dos Estados Unidos, em 1989, com a participação de funcionários do governo americano e dos organismos financeiros internacionais. No Consenso de Washington surgiram propostas de políticas de ajustes estruturais sistematizados para os Estados: disciplina fiscal, mudanças das prioridades do gasto público, reforma tributária, taxas de juros positivas, taxa de câmbio de acordo com as leis do mercado, liberalização do comércio, fim das restrições aos investimentos estrangeiros, privatização das empresas estatais, desregulamentação das atividades econômicas, garantia dos direitos de propriedade (Williamson, 1990).



A partir desse encontro, o receituário do FMI e do Banco Mundial passou a orientar as políticas econômicas adotadas pelos Estados latino-americanos mediante imposição da adoção de programas de estabilização e de ajuste estrutural, colocando a cartilha neoliberal como pré-requisito necessário para a concessão de empréstimos financeiros e cooperação econômica.

Essas duas instituições, comumente confundidas na mente das pessoas, possuem contrastes marcantes que salientam as diferenças entre as suas culturas, estilos e missões: uma é dedicada a erradicar a pobreza; a outra, a manter a estabilidade global (Stiglitz, 2002, p.51).

Existe um destaque significativo para a atuação do Banco Mundial nesse cenário, que antes da década de 1980 atuava nas seguintes áreas: transportes, infraestrutura, agricultura e indústria (Magioni, 2013), e, especialmente a partir do Consenso de Washington em 1989, a instituição ampliou sua área de atuação que passou a abranger política econômica, educação, saúde, habitação, administração pública, meio ambiente, construção e reconstrução de Estados, atuando em todas as áreas ligadas ao desenvolvimento, através da concessão de empréstimos acompanhados de exigências “sobre o que os governos dos Estados clientes devem ou não fazer em matéria de política econômica e políticas públicas em geral” (Pereira, 2018, p. 2.189).

Embora o poder de voto no Banco Mundial seja proporcional ao capital aportado por cada Estado-membro, logo, desigual, e numa história de mais de 75 anos todos os presidentes da instituição terem sido cidadãos norte-americanos⁶, o Banco construiu uma imagem de neutralidade política, mesmo atuando na interface da área política, econômica e intelectual a partir da sua condição de emprestador.

Por se dedicar à indução de ideias sobre questões relativas ao desenvolvimento capitalista, o Banco pode ser considerado um “ator político, intelectual e financeiro”

⁶O presidente do Banco Mundial é escolhido por 25 representantes dos países-membros. O objetivo é que a escolha seja por consenso, mas quando isso não ocorre, uma maioria simples basta. Como os Estados Unidos detém 16% do poder de voto (medido de acordo com a contribuição financeira de cada país), e a União Europeia outros 29%, analistas consideram muito difícil vencer o candidato americano (BBC Brasil, 2012).



(Pereira, 2018, p.2.189) uma vez que utiliza a sua influência para alavancar e institucionalizar agendas políticas globais, assumidas pelos Estados tomadores de empréstimos financeiros.

Quando a crise da década de 1970 atingiu a América Latina, os países de renda média se tornaram grandes tomadores de empréstimos da banca privada internacional (Coelho, 2002), assim, o endividamento dos países dependentes, os tornaram reféns dessas instituições (Jesus, 2018). De acordo com Harvey (2008), o México foi o primeiro país a receber empréstimo concedido pelo Banco Mundial em troca de reformas estruturais neoliberais, abrindo o país para a economia global quando tornou-se signatário do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), implementando um programa de austeridade que, segundo o autor, tiveram consequências dolorosas.

De 1983 à 1988, a renda *per capita* do México caiu a uma taxa de 5% ao ano; o valor dos salários reais dos trabalhadores caiu entre 40% e 50%; a inflação, que tinha oscilado entre 3% e 4% ao ano na década de 1960, chegou aos dois dígitos a partir de 1976, tendo alcançado 100% em vários desses anos. Ao mesmo tempo, devido a problemas fiscais do governo e à reorientação do modelo econômico vigente no país, os gastos do governo com o bem-estar social declinaram. Os subsídios à alimentação foram reduzidos aos segmentos mais pobres da população e a qualidade da educação pública e dos cuidados de saúde estagnou ou caiu (Adler, 2004, p.47-70).

Esse tipo de proposta caracteriza as ações adotadas pelo Banco na década de 1980, voltadas para questões financeiras dos países em desenvolvimento, atuando para amenizar a crise da dívida através do financiamento de empréstimos de ajustamento e empréstimos setoriais, compondo a primeira geração⁷ de recomendações para ajustes estruturais, com o fim de atender as demandas financeiras desses países e equilibrar os

⁷ Cabe aqui destacar que os programas de ajuste podem ser divididos em dois grupos: num primeiro momento foram implementados financiamentos associados às reformas de primeira geração (visando alcançar a estabilização econômica via adoção de políticas liberais) e, posteriormente, projetos atrelados a uma segunda geração de reformas (de caráter institucional) (Rached, 2010, p.51).



sistemas de pagamentos internacionais em razão da crise fiscal dos Estados endividados (Coelho, 2002).

No caso da América Latina, em se tratando de políticas sociais e da administração estatal, os programas de ajustes prescritos pelo Banco Mundial na década de 1980 orientavam a redução drástica de subsídios ao consumo popular, redução do custo *per capita* dos programas governamentais, reorientando as políticas sociais para a saúde primária e educação básica, focalizando os gastos em grupos de extrema pobreza (Pereira, 2018).

É importante entender que naquela altura de efervescência do neoliberalismo, o conflito em torno de questões envolvendo a luta de classes – produção e apropriação de riquezas – não era levado em consideração como causa para pobreza tendo em vista que toda a estratégia e atividade de pesquisa do Banco estava voltada para comprovar os defeitos do Estado e as eficiências do mercado. Pereira (2019) observa que, durante a hegemonia neoliberal, o Banco Mundial reduziu o debate sobre pobreza à dimensão econômica, afastando qualquer análise das relações de classe e da distribuição desigual de riqueza. O discurso institucional sustentava que bastaria o crescimento econômico para aliviar a pobreza, ajustando a política social à lógica de liberalização dos mercados.

O programa de ajustamento estrutural fez com que a América Latina com doze países superendividados na época (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai, Venezuela, Costa Rica e Jamaica), fosse a destinatária da maior parte dos recursos de empréstimos financeiros do Banco entre 1987-1990, para garantir o fluxo de pagamentos das dívidas contraídas, tornando-se dessa forma exportadora líquida de capital (Coelho, 2002). Como consequência, no final da década de 1980 após anos de ajustes fiscais, o crescimento anual médio da região foi de 1.1%, enquanto a renda *per capita* decresceu -0.9% ao ano (CEPAL, 2001).

Diante do fracasso das estratégias de primeira geração em relação ao crescimento econômico prometido, demonstrando “uma ligação evidente entre a crise da dívida e o enquadramento às políticas de ajustes” (Coelho, 2002, p.156), o Banco Mundial reavaliou a eficácia das reformas, certificando-se de que o crescimento não poderia ser alcançado



somente com reformas macroeconômicas, carecendo da aplicação de uma nova série de ajustes (Rached, 2010).

As crises financeiras em que os países latinos mergulharam, abriram oportunidades para o Banco ampliar os empréstimos de ajustes, enquanto introduziu as reformas de segunda geração⁸ de políticas voltadas à consolidação da estabilidade macroeconômica e institucional. Essa nova etapa priorizou o controle da inflação, a retomada do crescimento mediante reformas de mercado e a criação de “redes de segurança” de caráter residual, concebidas para mitigar os efeitos sociais do ajuste, sem reconstruir um sistema universal de proteção. Nesse contexto, o Banco passou de agente de crédito a formulador de políticas estatais, reforçando o deslocamento do Estado do papel de garantidor de direitos para o de gestor da pobreza (Lo Vuolo, 1997, p. 115)

As políticas aplicadas com as reformas de segunda geração foram alavancadas pela estimulação da noção de pertencimento,⁹ estratégia adotada para estimular a população a se identificar com o que está sendo proposto, engajando-se em sua defesa, tendo em vista que os programas de ajustes já não eram vistos com bons olhos pelos movimentos sociais e por organizações oficiais ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) que passaram a questioná-los (Coelho, 2002).

A segunda geração de reformas estaria mais focada nas questões sociais, uma vez que houve um reconhecimento “mais ou menos explícito de que as políticas de ajuste estrutural provocaram ou contribuíram para o empobrecimento de segmentos sociais expressivos onde foram implementadas” (Rached, 2010, p.53). Houve um crescimento de financiamentos de projetos na área social nos anos 1990 como resposta aos efeitos

⁸Essa “segunda geração” de reformas estruturais não seria de caráter macroeconômico, mas sim, institucional – representando a tentativa de criar um ambiente normativo de preservação das “conquistas” em termos de liberalização e de desregulamentação. O intuito era aprofundar as reformas de primeira geração que ficaram pendentes ou incompletas e ampliá-las, através da implementação das reformas de segunda geração (Rached, 2010, p.51).

⁹O sentido de apropriação é inspirado no termo *ownership* que foi tomado da administração de negócios e implica o compromisso dos empregados com os objetivos dos patrões. Na política internacional serve para ocultar a ampliação das condicionalidades, que devem ser internalizadas a partir da sua adaptação às circunstâncias locais mediante a instrumentalização seletiva da participação social (Pereira, 2018, p.2193).



colaterais dos programas de ajustes de primeira geração, servindo principalmente na intenção de viabilizar a implementação da segunda geração de reformas.

Neste sentido, os comandos do Banco Mundial continuavam voltados para a expansão do capital financeiro que era capaz de se sobrepor às políticas de pleno emprego e de políticas públicas dos Estados clientes. No entanto, a crise Asiática das finanças globalizadas de 1997¹⁰, que também foi sentida pela América Latina, trouxe à tona questionamentos sobre o êxito dessas políticas em sua fase de estímulo ao capital produtivo, o que não teria acontecido em se tratando da expansão de políticas de crescimento exponencial do capital financeiro, demonstrando a instabilidade do sistema pela recorrência das crises, e mais, tais políticas revelavam-se também como “causa permanente de instabilidade social e política” (Coelho, 2002, p. 219-220).

Assim, é possível dizer que “A liberalização dos mercados de capitais tem sido imposta apesar de não haver nenhuma prova que demonstre que ela estimula o crescimento econômico” (Stiglitz, 1998, p.43).

Apesar das crises envolvendo o capital financeiro nas décadas de 1980 e 1990, a sua alta capacidade na criação de riqueza abstrata, foi capaz de manter a essencialidade das estratégias do Banco Mundial que continuou operando seus planos de reformas com amplitude, sobretudo no conjunto das instituições latino-americanas, levando a reformas das legislações trabalhistas, reformas do judiciário, dos sistemas de educação, da saúde, direitos sobre a propriedade e dos sistemas de previdência, resultando no enfraquecimento do Estado, “jogando o destino da política econômica na mão dos setores rentistas do capital internacional, dos grandes aglomerados internacionais” (Coelho, 2002).

A própria dinâmica da realidade marcada por especificidades econômicas, políticas e sociais fez com que as estratégias do Banco Mundial se modificassem ao longo do tempo,

¹⁰ A crise dos tigres asiáticos ficou conhecida como a primeira grande crise dos mercados globalizados disso, os impactos puderam ser sentidos por diversas nações, isso porque o mercado já era globalizado (Reis, 2019).



seguindo as demandas e necessidades reais da sociedade (Magioni, 2013) e nelas interferindo. A medida em que os efeitos dos ajustes na América Latina nos anos 1980 revelaram-se ineficientes com a alta volatilidade das economias, crescimento econômico abaixo do esperado, aumento da pobreza e tensões sociais e alta rejeição popular aos governos neoliberais, o Banco reviu suas estratégias, partindo para um estágio de reformas estruturais mais brandas.

A partir de então, o Estado passou a ser reconhecido como parceiro facilitador do crescimento econômico, desenhando contornos mais cristalinos dessa relação de complementaridade entre Estado e mercado (Pereira, 2018).

2. A FINANCIERIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL: OS RESULTADOS DAS REFORMAS DOS SISTEMAS LATINOAMERICANOS DE SEGURIDADE

Nos anos 1990 a principal preocupação do Banco Mundial no quesito políticas sociais era a questão da previdência social, diante do nível de importância dessa política e da sua representatividade para a economia dos países latinos, o que requereu da instituição medidas mais incisivas (Magioni, 2013) logo no início da década. Tanto que em 1994 o Banco produziu o documento: *Envejecimiento sin crisis: Políticas para la protección de los ancianos y la promoción del crecimiento*.

[...] escrito como diretriz para a implementação das contrarreformas da previdência social em todo o mundo. Vê-se hoje, que, por sua abrangência, norteia a reformulação de todas as políticas sociais e chega mesmo a fundar um novo parâmetro de intervenção estatal (Graneman, 2007, p. 59).

Embora o texto não tenha sido pioneiro no quesito documentos elaborados pelo Banco para nortear sistemas de previdência, o compilado apresenta a elaboração mais consistente em propostas para a previdência no momento em que “a financeirização da vida é um dos mais importantes traços do grande capital monopolista” (Granemann, 2007, p.60),

Neste relatório sobre políticas e desenvolvimento, os critérios de análise utilizados pelo Banco foram objetivos, operacionais e analíticos, em que os países estudados foram



classificados por suas economias, através do produto interno bruto *per capita*, cuja classificação econômica separou-os em alta, média e baixa renda, chamando a atenção para o fato de que países de baixa e média renda podem ser denominados de países em desenvolvimento por razões práticas, contudo, isso não significa que todos os países estejam no mesmo estágio de desenvolvimento (Banco Mundial, 1994).

O relatório apresenta uma vasta extensão de grupos geográficos como objeto do estudo: *Africa at Sur del Sahara; Asia; El Oriente Medio y Norte de Africa; Europa Oriental y la antigua Union Soviética; America Latina .y et Caribe* (World Bank, 1994, p. 21-22), o que demonstra o impacto deste relatório no sentido de se tornar uma diretriz para a implementação de reformas no sistema de previdência social em todo o mundo, como o preconizado pela política globalista neoliberal em que as reformas visavam criar uma harmonia com as mudanças ocorridas no plano internacional, adaptando as instituições locais ao processo de globalização à serviço da hegemonia mundial.

As principais argumentações deste relatório são baseadas na questão do envelhecimento da população e a difícil situação dos sistemas de segurança em todo o mundo, evidenciando a necessidade de reformas mais incisivas através de dois critérios: o que é conveniente do ponto de vista da população idosa e o que é conveniente do ponto de vista da economia em sua integralidade.

Assim, o Banco apresentou vários meios para reformar os programas já existentes, sempre emitindo juízo favorável à privatização, apontando que os países optantes por sistemas de previdência privada estariam avançando (Banco Mundial, 1994).

Neste documento o Banco questiona veementemente a intervenção dos governos na administração dos sistemas de previdência e também chama a atenção para a necessidade de aumentar a idade das aposentadorias como sendo o principal ponto para as reformas. É apontada a importância desta ação para melhorar as perspectivas financeiras, pois o gasto com benefícios para trabalhadores de meia idade poderia ocasionar uma insuficiência de recursos quando estes envelhecerem, bem como para custear os benefícios de trabalhadores jovens quando estes se aposentarem.



O Relatório do Banco Mundial de 1994 destaca que, no caso chileno, a primeira medida adotada para enfrentar o desequilíbrio previdenciário foi o aumento expressivo da idade de aposentadoria. O documento apresenta o sistema implantado nos anos 1980 como o único modelo descentralizado plenamente executado até então, utilizando a experiência do Chile como principal referência empírica para a formulação das propostas de reforma recomendadas a outros países¹¹ (Banco Mundial, 1994, p. 236).

Quando se ressalta o Chile como primeiro país no mundo a reformar seu sistema de previdência, privatizando-o, é importante atentar-se para o momento histórico em que o país se encontrava: no auge da ditadura de Augusto Pinochet¹² que abriu o país como laboratório prático para o neoliberalismo apregoado pela Escola de Chicago¹³, ratificando a posição do Banco quanto a dificuldade de se implementar este tipo de reforma em países de bases democráticas.

No entanto, com o fim da ditadura militar no Chile em 1989, e a eleição de um governo democrático no país, manteve sem questionar o modelo de privatização e capitalização da previdência, o que foi seguido por países de bases democráticas que inseriram em seus sistemas de previdência políticas reformistas, levando a se criar uma ideia superficial de correspondência entre democracia e mercado (Kay, 2003).

Esta associação parte de uma visão precipitada, pois numa análise mais profunda, deve considerar as consequências sociais e econômicas do final da década de 1990, bem como os protestos ocorridos nos anos em que os ajustes e reformas se consolidaram. É evidente que através da superestrutura jurídico formal do Estado, os interesses das

¹¹ O Banco Mundial enfatizou os efeitos positivos que a privatização das pensões poderia ter nos mercados de capitais ao apoiar o crescimento do investimento e também declarou que isso proporcionaria níveis de benefícios mais altos e melhores incentivos para as pessoas contribuírem; no entanto, não conseguiu explicar os custos de transição extremamente altos ou os inúmeros riscos para os aposentados (*Oficina Internacional Del Trabajo*, 2019, p.4, tradução nossa).

¹² A ditadura militar chilena foi um governo militar autoritário que governou o Chile entre 1973 e 1990. Dois anos depois de sua ascensão, o governo implementou reformas econômicas radicais, aconselhadas por uma equipe de economistas formados em universidades estadunidenses, conhecidos como "Chicago Boys" (Mendes, 2013).

¹³ A Escola de Chicago é uma escola de pensamento econômico que defende o mercado livre e que foi disseminada por alguns professores da Universidade de Chicago. As teorias da Escola de Chicago inicialmente embasaram a administração econômica da ditadura de Pinochet no Chile na década de 1970.



classes dominantes que representam pequenas frações da sociedade, quando revestidas de legitimidade pelo Estado, se transformam em garantias (Coelho, 2002).

Através das políticas de segunda geração, o Banco Mundial trabalhou para formar um consenso na América Latina sobre privatizações, impondo reformas que atendessem os anseios do mercado, pois a liberalização financeira proporcionou o crescimento das operações de securitização e de investidores institucionais tais como fundos de pensão, fundos mútuos e companhias de seguro (Baer, 1993 apud Coelho, 2002), com o objetivo de trazer “definitivamente parte da região para o novo padrão de financiamento das economias periféricas e por suas características seria um estímulo para o avanço das finanças especulativas” (Coelho, 2002, p. 174).

Nesse contexto, houve um aumento significativo da atuação do Banco quanto às reformas da previdência nos países latino-americanos, visando instrumentalizar essa política social, reduzindo-a para atender com primazia os interesses do crescimento econômico, já que era vista apenas pela ótica do gasto social (Magioni, 2013).

No documento *Envejecimientos sin crisis* (World Bank, 1994) há uma abordagem ampla de problemas referentes a inadequação dos sistemas públicos de pensão na forma de repartição e sua gestão, apontando-os como ineficientes para uma real proteção na velhice, além de impedir o crescimento econômico. É através do fomento à privatização que o capital encontra na capitalização dos sistemas de previdência social novas formas de acumulação, fazendo repensar os fundamentos dessa política social, na busca de flexibilizar leis para melhor atender aos anseios do mercado.

No campo da proteção ao trabalhador, com o objetivo de ampliar a superexploração, muitos países instituíram reformas na legislação trabalhista com vistas a flexibilizar direitos, ocasionando a intensificação e precarização da mão de obra a partir do aumento de jornadas e diminuição de salários, consequentemente, aumenta-se os empregos informais e o desemprego (Carcanholo, 2009). Neste mesmo caminho, as reformas seguiram reformulando as políticas de proteção da seguridade, ajustando os sistemas de previdência aos interesses do neoliberalismo no padrão de acumulação flexível, através



da substituição de sistemas públicos e universais por seguros privados, advindos do capital financeiro, subsidiados por recursos públicos.

Nesse período, uma verdadeira onda reformista varreu a América Latina com nuances diferenciadas em cada país, variando desde formas de implementação, configuração sistemática e intensidade, até sistemas políticos sob os quais implementou-se reformas. No entanto, houve um ponto de convergência em todos os países: a busca do equilíbrio dos sistemas públicos a partir da abertura do setor para a iniciativa privada (Tafner; Giambiagi, 2007).

Diante deste cenário, quatorze países da América Latina privatizaram seus sistemas de previdência, implementando o sistema de capitalização a começar pelo Chile, o primeiro a privatizar em 1981, seguido pelo Peru em 1993, Argentina e Colômbia em 1994, Uruguai em 1996, Estado Plurinacional da Bolívia, México e República Bolivariana da Venezuela em 1997 e El Salvador em 1998, Nicarágua no ano 2000, Costa Rica e Equador em 2001, República Dominicana em 2003 e Panamá em 2008.

Em geral as consequências de reformas drásticas nos sistemas de proteção social são opostas ao que se promete buscando aprovação da opinião pública para viabilizar a implementação, tanto que em 2019 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou o documento *La reversión de la privatización de las pensiones: Reconstruyendo los sistemas públicos de pensiones en los países de Europa Oriental y América Latina (2000-2018)*, em que foram analisadas três décadas de privatização da previdência social em trinta países, sendo quatorze deles latino-americanos e os demais localizados no Leste Europeu.

O estudo demonstrou um acúmulo de impactos sociais e econômicos negativos nos países privatizantes, e ainda apontou que até o ano de 2018, dos trinta países que privatizaram a previdência, dezoito deles efetuaram a chamada re-reforma (OIT, 2019), revertendo total ou parcialmente o modelo de previdência. Dentre eles estão os países latinos: República Bolivariana da Venezuela (2000); Equador (2002); Nicarágua (2005); Argentina (2008) e Estado Plurinacional da Bolívia (2009).



Em comparação ao documento *Envejecimiento sin crisis* (World Bank, 1994), observa-se que nele há orientação para a privatização dos sistemas de aposentadorias e pensões como solução eficaz para enfrentamento das questões de envelhecimento, garantindo assim o ciclo de sustentabilidade dos sistemas de previdência.

No entanto, o relatório produzido pela OIT (2019) apontou que nenhum país democrático, avançado e industrializado, substituiu seu sistema público de previdência por um sistema totalmente privado de capitalização plena, ainda expôs que as experiências práticas dos países em desenvolvimento que promoveram as reformas indicadas como solucionadoras dos seus problemas de sustentabilidade da previdência, fracassaram.

Considerando a importância das evidências apresentadas no referido relatório como *Lecciones tras tres décadas de privatización de las pensiones* (OIT, 2019) observa-se a contraposição às recomendações impostas pelo Banco Mundial na década de 1990, razão pela qual apresentar-se-á cada uma das questões chaves apontadas pela OIT (2019) como sendo os principais motivos para que 60% dos países privatizantes revertem seus sistemas de privado para público.

Para melhor compreensão das evidências apontadas pela OIT (2019), como razões para a experiência considerada fracassada, agrupou-se por afinidade de temática os principais apontamentos nas seguintes categorias: cobertura e impactos sociais; custos e governança; formação de oligopólios; transferência de riscos e principal beneficiado.

O primeiro apontamento é apresentado no Quadro 1 e se refere aos baixos níveis de alcance da taxa de cobertura com os planos privados de previdência. A promessa do Banco Mundial era melhorar as taxas de cobertura com os sistemas privados, afirmado que a cobertura dos planos de poupança pessoal seria mais ampla com transferência de benefícios sem restrições. Para fortalecer essa afirmação, o relatório do Banco Mundial (1994) destacava que, no sistema público de previdência, a combinação de múltiplas funções voltadas à universalização da cobertura era considerada problemática, tanto do ponto de vista da eficiência quanto da distribuição. No entanto, a experiência prática demonstrou o contrário, visto que as taxas de cobertura estagnaram nos países



privatizantes havendo deterioração das pensões, o que aumentou as desigualdades de gênero e de renda, afetando o diálogo social.

QUADRO 1- Cobertura dos benefícios previdenciários

Estagnação das taxas de cobertura	Deterioração das prestações da previdência
Era esperado que contas individuais obrigatórias tivessem maior rentabilidade e, assim, melhoraria o cumprimento das obrigações e aumentaria a propensão para contribuir. Porém, a maioria dos países registrou uma diminuição nas taxas de cobertura dos regimes contributivos.	A mudança do tipo de plano de benefício definido para contribuição definida teve um sério impacto negativo na suficiência das prestações, com taxas de substituição muitas vezes abaixo dos padrões da OIT.
Aumento da desigualdade de gênero e de renda	Deterioração do diálogo social
A aposentadoria privada é resultado de poupança pessoal. As pessoas de baixa renda ou que tiveram sua vida profissional interrompida – por exemplo por causa da maternidade e das responsabilidades familiares – obtiveram suas poupanças muito reduzidas e, consequentemente, aposentadorias baixas.	A desconfiança nos sistemas privados de previdência aumentou rapidamente quando as taxas de substituição caíram drasticamente e a suficiência das aposentadorias tornou-se um problema grave, incapaz de proporcionar uma proteção suficiente na idade avançada. Antes das reformas, a maioria dos fundos de Previdência Social tinha alguma forma de governança tripartite com representantes de trabalhadores, empregadores e governo, de acordo com as normas da OIT. A privatização acabou com essa participação social no novo sistema, embora os trabalhadores fossem os únicos contribuintes e proprietários da sua conta individual.

Fonte: Escritório Internacional do Trabalho, 2018

Elaboração própria

A promoção da privatização quebrou o contrato social de seguridade, o que foi sentido nos programas de seguro social nos países privatizantes, havendo supressão dos componentes redistributivos dos sistemas de Previdência Social a partir da introdução de contas individuais, havendo diferenciação e queda na taxa de cobertura. Na Argentina, as taxas de cobertura tiveram uma queda de mais de 20 %. O similar foi identificado no Chile, Hungria, Cazaquistão e México, enquanto em outros países como Bolívia, Polônia e Uruguai, a cobertura ficou estagnada.

Com a eliminação das contribuições do empregador, houve uma deterioração do nível das prestações sociais, aumentando os níveis de pobreza na velhice, afetando o principal objetivo dos sistemas de previdência, que é a garantia de renda suficiente na



terceira idade. O reflexo dessa deterioração fez com que as pensões privadas correspondessem em média a apenas 20 % do salário médio durante a vida ativa do trabalhador na Bolívia, influenciando ainda na desigualdade de gênero quanto aos benefícios previdenciários, já que a proporção de mulheres bolivianas idosas que recebem uma aposentadoria, caiu de 23,7 % em 1995 para 12,8 % em 2007. O que foi observado também na Polônia, em que a proporção das mulheres em risco de pobreza atingiu um recorde histórico de 22,5 % em 2014 (*Oficina Internacional Del Trabajo*, 2019).

Um dos pontos mais atrativos na campanha de convencimento para reformas nos sistemas de previdência, é que uma vez implementadas, as reformas promoveriam o ajuste fiscal. Não obstante, a proposta de ajuste fiscal acabou tendo um efeito contrário, pois os custos de transição ultrapassaram as previsões orçamentárias, criando grandes pressões fiscais, conforme se demonstra no Quadro 2.

QUADRO 2- Custos e governança dos fundos de pensões

Os altos custos de transição criaram pressões fiscais enormes	Custos administrativos elevados
Os custos de transição dos sistemas públicos baseados na solidariedade para os sistemas privados de contas individuais não foram devidamente avaliados pelas instituições financeiras internacionais; em realidade, Previdência Social, criando assim novas pressões fiscais. Em geral, os custos de transição foram muito altos em todos os países, uma das principais razões pelas quais os governos reverteram a privatização das pensões e voltaram ao sistema público.	Os custos administrativos dos fundos de previdência privados eram muito elevados e, em consequência, geraram rendimentos e aposentadorias mais baixos. Os administradores de fundos privados precisam cobrir diversos custos de gestão que não ocorrem nos sistemas públicos, tais como as taxas administrativas, taxas de gestão de investimentos, taxas de custódia, taxas de garantia, taxas de auditoria, taxas de publicidade e taxas jurídicas, entre outras, que - em conjunto - reduzem os ativos acumulados (e consequentemente as aposentadorias).
Governança frágil – captura das funções de regulação e supervisão:	
Agência reguladora, criada para defender o interesse público, age em benefício de determinados grupos de interesse econômico do setor que deveria ser objeto de regulação. Em geral, a gestão, supervisão e regulamentação dos fundos privados foram fracas; os laços estreitos entre os políticos e o setor financeiro, bem como a escassez de pessoal qualificado de alto nível na regulamentação dos mercados financeiros, contribuíram para a seleção de reguladores que já atuavam no setor, acomodando assim os interesses privados.	

Fonte *Escritório Internacional do Trabalho*, 2018

Elaboração própria



Na Bolívia, os custos reais de transição foram 2,5 vezes maiores que os projeção inicial. De igual modo, na Argentina, o custo foi inicialmente estimado em 0,2% do PIB no ano de 1994; contudo, posteriormente, estimou-se um ajustamento em 2001 que foi aumentado 18 vezes, para cerca de 3,6% do PIB.

Os altos custos administrativos de transição geraram uma nova crise fiscal que abalou muitos governos, já que as promessas de diminuição da pressão fiscal e sustentabilidade financeira da previdência não foram atendidas. Além disso, a promessa de uma governança melhorada pela organização privada, além de não ter atingido os objetivos serviu apenas para abolir a participação dos trabalhadores na gerência, permitindo ainda, em muitos casos, conflitos de interesse na governança, uma vez que as funções de regulamentação e supervisão estavam sendo geridas pelos mesmos grupos econômicos que operavam os fundos de pensão, avançando em direção aos oligopólios formados por grandes conglomerados financeiros estrangeiros de competição limitada (*Oficina Internacional Del Trabajo, 2019*).

QUADRO 3- Ausência de competitividade entre os seguros privados de previdência

Efeito limitado nos mercados de capitais dos países em desenvolvimento	Concentração no setor de seguros privados
Os títulos da dívida pública frequentemente emitidos para financiar os elevados custos de transição da privatização da previdência, gerando um círculo vicioso e oneroso, no qual os administradores de fundos de previdência privados são os únicos beneficiários desse processo - por meio da cobrança dos custos administrativas pelas transações financeiras.	Diferente do esperado, a concorrência entre os fundos de pensão resultou baixa, em alguns países criando-se mercados oligopolistas.

Fonte: *Escritório Internacional do Trabalho, 2018*

Elaboração própria

A formação de oligopólios se torna evidente quando observado que o número de administradores chilenos de fundos privados de previdência (as chamadas AFPs) sofreu uma queda drástica de 21 em 1994 para 5 em 2008, com as três maiores empresas detendo 86% dos ativos. Além disso, identificou-se que os grupos financeiros internacionais são os principais acionistas dos administradores dos fundos de previdência privados nacionais, ou ainda, estes são subsidiárias daqueles.



Um importante dado apresentado neste documento é a evidência do estreitamento de laços entre políticos e o setor financeiro, permitindo a interferência dos setores privados na regulação dos sistemas de pensão, o que levou o ex-presidente do Banco Central da Costa Rica a denunciar abertamente entidades reguladoras/fiscalizadoras dos sistemas de pensão, por alinhamento com interesses dos bancos privados.

Em sua maioria, as reformas previdenciárias foram implementadas com baixo diálogo social, em contrapartida, as campanhas na mídia operavam ao máximo na promoção da previdência privada, tendo inclusive patrocínio dos fundos de pensão privados, para diminuir a oposição da opinião pública.

Ao tempo que os principais interessados estavam sendo ludibriados pelas campanhas midiáticas patrocinadas por grandes fundos de pensão, com a privatização, os riscos das flutuações no mercado financeiro passaram a ser suportados por estes cidadãos, sem condições técnicas para absorver e administrar as demandas do mercado financeiro que passaram a fazer parte do seu cotidiano.

QUADRO 4- Transferência dos riscos do mercado para os adquirentes do seguro privado de previdência

Riscos demográficos e do mercado financeiro transferidos para os indivíduos

Os sistemas privados de contas individuais transferiram o ônus dos riscos sistêmicos para o indivíduo, deixando o trabalhador arcar com os riscos de investimento, de longevidade e de inflação. Em alguns países, o Estado precisou intervir para compensar aposentadorias que deveriam ter sido pagas pelo sistema privado.

Fonte: *Escritório Internacional do Trabalho, 2018*

Elaboração própria

O déficit orçamentário não pôde ser suportado pelos usuários do sistema privado de previdência, fazendo com que em 2008, 77% dos pagamentos de aposentadorias fosse feito pelo governo argentino, para cobrir integralmente 445.000 aposentados do pilar privado, bem como parcialmente com pagamentos adicionais a 179.000 aposentados para manter a garantia de aposentadoria mínima.

As reformas permitiram brechas para que os fundos de pensão alcançassem lucros exponenciais, beneficiando os investidores estrangeiros e o próprio sistema financeiro. Tais experiências demonstraram que, principalmente nos países em desenvolvimento, o



setor financeiro, os administradores privados e as empresas comerciais de seguros de vida tornaram-se os verdadeiros beneficiários da poupança de previdência feita pelos cidadãos, pois demonstrou-se que na maioria das vezes os grupos financeiros internacionais são os detentores dos fundos investidos.

QUADRO 5- Quem se beneficia?

O mercado financeiro como grande beneficiado das reformas privatizantes dos sistemas de previdência

O uso de fundos de previdência para investimento público nacional em geral se perdeu nos sistemas privatizados de capitalização, que investiram as poupanças individuais em mercados de capitais buscando retornos elevados, sem colocar as metas nacionais de desenvolvimento como prioridade.

Fonte: *Escritório Internacional do Trabalho, 2018*

Elaboração própria

A OIT (2019) alerta, a partir das evidências identificadas, que a privatização dos sistemas de previdência contribuiu para que o poder econômico fosse concentrado em empresas financeiras internacionais cujo objetivo é a máxima obtenção de lucros, e não o desenvolvimento nacional. Na maioria dos países, os regulamentos nacionais de investimentos não incluem restrições ao investimento dos fundos de previdência no exterior, mesmo em países com extrema necessidade de investimentos sociais e econômicos. No entanto, existem países em que alguns limites são indicados, a exemplo do Chile, em que os administradores de previdência privada podem investir até 80% dos seus ativos – correspondendo a 56% do PIB do Chile – em mercados externos.

Segundo a OIT (2019), as vantagens geradas para os administradores dos fundos de pensão, subsistiram ainda nos países em que os fundos se obrigavam a operar sem fins lucrativos, como na Hungria por exemplo, em que os fundos de pensão firmavam caros contratos de prestação de serviços com seus administradores, para ocultar a aferição de benefícios financeiros.

As privatizações dos sistemas de previdência sempre levantaram a oposição da Organização Internacional do Trabalho por suas controvérsias, até porque, segundo a própria OIT (2019), muitos especialistas, incluindo Joseph E. Stiglitz, economista chefe do



Banco Mundial no final da década de 1990 e ganhador do prêmio Nobel de economia em 2001, se opunham à essa orientação.

Diante de muitos relatórios emitidos pelo Banco a Organização Internacional do Trabalho emitiu parecer desfavorável, enfatizando a importância de se equilibrar a suficiência e sustentabilidade com a equidade dos benefícios, já que para a Organização, os sistemas de previdência devem seguir o intento de garantir condições de vida digna para a terceira idade, sem transferir para estes os riscos do mercado, contrariando o principal objetivo dos relatórios do Banco, que visam a promoção do crescimento econômico e o ajuste fiscal.

Em que pese os esforços da OIT, com recursos importantes e facilidade no acesso aos Ministérios da Economia/Finanças dos países, a maioria das reformas da privatização dos sistemas de previdência foram financiadas pelo Banco Mundial dentre outras instituições internacionais, logrando êxito no seu intento, contrariando as recomendações da Organização Internacional do Trabalho. As conclusões apresentadas pelo informe da OIT (2019), revelam que na prática, as recomendações de privatização da previdência não produziram os resultados estimados nem atendeu as expectativas propostas, causando frustração e indignação popular nos países privatizantes diante dos resultados negativos.

CONCLUSÃO

Buscou-se compreender em que medida a atuação do Banco Mundial contribuiu para redefinir os sistemas de previdência social na América Latina sob a lógica das chamadas reformas de segunda geração. Constatou-se que o Banco exerceu papel central não apenas como agente financeiro, mas como formulador de diretrizes políticas, orientando os países da região a adotarem sistemas descentralizados de capitalização individual.

Organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, em menor escala, a Organização Mundial do Comércio, buscaram justificativas econômicas para propor reformas nos sistemas de previdência da América Latina, com a promessa da estimulação do setor privado e fortalecimento das poupanças



internas, alardeando a rápida mudança nas estruturas demográficas dos países (CEPAL, 2018), mas as respostas ao ideário neoliberal “circulavam apenas no âmbito das relações econômicas e não chegavam aos problemas sociais” (Magioni, 2013, p. 61).

A discussão entre o atendimento de demandas econômicas e sociais pelas reformas da previdência foi a principal observação do documento elaborado pela OIT (2018), atestando o fracasso do projeto de reordenação econômico e social adotado pelos países. Alguns especialistas do Banco chegaram a afirmar que as recomendações, na verdade, trocavam o mito da previdência universal pelo mito da previdência capitalizada (Magioni, 2013).

O apoio técnico do Banco para privatizar os sistemas de seguridade, financeirizando-os, representa fidedignamente “um novo parâmetro de intervenção estatal” (Granemann, 2007, p.59), que ocorre quando o Estado reduz ou deteriora sua oferta pública, visa desestimular a demanda da sociedade, induzindo-a a buscar no mercado aquilo que deveria ser um direito (Lavinas; Gentil, 2018).

Assim, nos países em que os mecanismos de proteção social se mostram mais frágeis, sem um sistema universalista de proteção, houve um forte tensionamento nos anos 1990 para reformas constitucionais que impulsionaram o desmonte de políticas sociais em busca de ajustes fiscais e estruturais.

As reformas dos sistemas de previdência com consequente privatização da seguridade social é um verdadeiro passo atrás no princípio da solidariedade, que através de um pacto solidário, as gerações em idade produtiva, por meio de sua cotização em tempo real, sustentam os benefícios, pensões e aposentadorias daqueles que estão recebendo em tempo real, isto é, o sistema de benefícios definido através da interdependência geracional é a solidariedade, que reconhece a responsabilidade mútua e a dependência entre as gerações.

Por sua vez, num sistema de benefícios definido pela privatização não existe solidariedade, as economias e poupanças que o indivíduo fez ao longo da sua idade produtiva que irão lhe sustentar na velhice. O princípio é o individualismo, em que cada



indivíduo é responsável por si mesmo na chamada “equidade geracional” em que o risco do mercado e da economia do país recai sobre o indivíduo.

A responsabilidade pelo suprimento da própria aposentadoria parece ser justo, se não vivêssemos numa região historicamente explorada pela ganância do capital internacional. Do ponto de vista jurídico, observa-se que a orientação institucional do Banco Mundial contribuiu para a erosão do princípio da universalidade da segurança social, previsto em diversas constituições latino-americanas como a Constituição Federal Brasileira de 1998 e instrumentos internacionais de proteção social, convertendo um direito fundamental em instrumento de regulação econômica, o que evidencia a necessidade de reaproximar a política social de sua dimensão cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Cláudio Lomnitz. *The Depreciation of life during Mexico City's Transition into "The Crisis"*, in J. Schneider, I. Susser (Ed.), *Wounded Cities*, New York, Berg, 2004, 47-70.

BOWEN, Glenn A. **Document Analysis as a Qualitative Research Method**. Qualitative Research Journal, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C. Martins & VALENCIA, A. (orgs.). **A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. PUC-Rio / Boitempo Editorial, 2009, p. 251-264.

CEPAL. **Statistical yearbook for latin America and Caribbean**. 2011

CHILE. *Decreto Ley 3.500 de 1980. Establece Nuevo Sistema de Pensiones*. Congresso Nacional de Chile, 1980.

_____. *Boletín N° 15.480-13. Proyecto de Ley, que crea un nuevo Sistema Mixto de Pensiones y un Seguro Social en el pilar contributivo, mejora la Pensión Garantizada Universal y establece beneficios y modificaciones*. Congresso Nacional de Chile, 2022. Disponível em:<
<https://www.camara.cl/legislacion/ProyectosDeLey/tramitacion.aspx?prmID=16006&prmBOLETIN=15480-13>>Acesso em: 10 de jan. de 2024.



COELHO, Jaime Cesar. **Economia, poder e influência externa: O grupo Banco Mundial e as políticas de ajustes estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2002.

GRANEMANN, S. **Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho.** Revista da Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, n. 20, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 17^a edição, 2008 (1991).

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos- O breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Júlio Cesar Lopes de. **A expropriação da previdência pública como estratégia de financeirização do capital.** Ser. Soc. Soc., São Paulo, n.131, p. 155-174, jan./abr. 2018.

LAURELL, Asa Cristina. **Para um novo Estado de Bem Estar na América Latina.** In: X Conference of the international Association of Health Policy. Tradução: Gabriel Cohn. Perugia, 1998.

LO VUOLO, Ruben. **El enfoque del Banco Mundial en el sector de la seguridad social.** In: FILGUEIRA, C. et al. (Orgs.). *Desafíos de la seguridad social.* Montevideo: CIESU, 1997.

MAGIONI, Mirella Januário. **A influência do Banco Mundial sobre as reformas da Previdência Social brasileira: causas e consequências.** Dissertação (Mestre em política social) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória- ES, 2013.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **La reversión de la privatización de las pensiones: Reconstruyendo los sistemas públicos de pensiones en los países de Europa Oriental y América Latina (2000-2018).** Ess- Documento del trabajo n.63, ed. 1, Ginebra, 2019.

PEREIRA, Ronei M; et al. **Crédito consignado e endividamento dos servidores do distrito federal.** RRCF, Fortaleza, v.11, n. 2, Jul./Dez. 2020.

RACHED, Gabriel. **As alterações na política de desenvolvimento do Banco Mundial no contexto das transformações internacionais.** OIKOS. Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p.41-65. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51817>>. Acesso em: 10 de mai. De 2023.



SANTOS, Milena da Silva. **Financeirização do capital, “reformas” estruturais e seguridade social no Brasil.** Ser social. Brasília, v.21, n.45, jul. a dez. 2019.

STIGLITZ, Joseph. **Rumo ao pós-Consenso de Washington.** In Política Externa, vol.7-nº 2, setembro de 1998. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TAFNER, P. **Seguridade e Previdência: Conceitos Fundamentais.** In: Tafner, P.; Giambiagi, P. (Orgs.). Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. p. 29- 63.

WORLD BANK. *Enjuvenamientos Sin Crisis: Informe de Banco Mundial sobre investigaciones relativas a políticas de desarrollo.* Washington, D. C. 1994.